

## PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO INTEGRAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO: UM OLHAR PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DESSE DOCUMENTO

Carolina Damasio Fittipaldi<sup>1</sup>  
Gabriel Prates Alves<sup>2</sup>  
Livia de Lima Gomes<sup>3</sup>  
Luiz Felipe Pereira da Silva<sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico constitui o instrumento em que se delineiam objetivos, metas, metodologia e desenvolvimento do trabalho pedagógico, com o propósito de auxiliar nas transformações necessárias ao cotidiano escolar, considerando a participação dos profissionais da educação ligados à gestão da escola ao tentar viabilizar um ensino escolar com um mínimo de qualidade (BARBOSA; MELLO, 2016).

Assim, torna-se inegável a importância do projeto pedagógico em instituições de ensino, particularmente quando se assume o seu significado como Projeto Político-Pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática (AZEVEDO, 2005).

Nesse sentido, o projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Veiga (2004) afirma: O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.

Entretanto, nem sempre o PPP é formulado atendendo a normas na qual a proposta foi pensada, tendo um caráter participativo e peculiar a comunidade local, segundo Gracindo (2004) em muitos locais o PPP é formulado de forma equivocada, por agentes externos ou de forma Gerencial/Empresarial, sendo imposto à comunidade escolar e não atendendo as

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda - Gestão educacional e coordenação pedagógica da Universidade de Pernambuco - PE, [carolfitti@yahoo.com.br](mailto:carolfitti@yahoo.com.br);

<sup>2</sup> Pós-graduando - Gestão educacional e coordenação pedagógica da Universidade de Pernambuco - PE, [esusoubiel@gmail.com](mailto:esusoubiel@gmail.com);

<sup>3</sup> Pós-graduanda - Gestão educacional e coordenação pedagógica da Universidade de Pernambuco - PE, [livialimagomes@yahoo.com.br](mailto:livialimagomes@yahoo.com.br);

<sup>4</sup> Mestrando em educação da Universidade de Pernambuco - PE, [felipe10\\_07@hotmail.com](mailto:felipe10_07@hotmail.com).

necessidades locais, nesse caso o PPP serve apenas como um documento arquivado para driblar a fiscalização.

Esta realidade também foi constatada em algumas Escolas Integrais (EI) em Pernambuco. O modelo tornou-se Política Pública de Estado em 2008 e fundamenta-se na concepção de que a escola é um espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Desse modo, ao concluir o ensino médio nas escolas de EI o jovem estará mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho.

Ainda assim, percebe-se um número significativo de Escolas Integrais que apresentam fragilidade dos pressupostos teórico-metodológicos de seus Projetos Político-Pedagógicos, seja pelo desafio da participação e envolvimento dos profissionais, pela falta de espaço de tempo promovido na escola ou pela necessidade de formação para efetivação do documento.

Este trabalho pretende investigar quais os desafios encontrados para elaborar e implementar o PPP nas instituições de ensino no contexto atual, discutido durante as aulas do curso de pós-graduação em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica da Universidade de Pernambuco (UPE – *Campus* Mata Norte). Para enriquecer o debate, foi aplicado um questionário, através do Google Docs, com professores, coordenadores e gestores atuantes na Educação Integral da região Recife Sul, GRE do Estado de Pernambuco, na tentativa de responder as seguintes questões: Quais os principais desafios encontrados para elaborar e implementar o PPP? Como ocorreu a última revisão do documento? Quais as estratégias que a equipe gestora utiliza para estimular o envolvimento da comunidade escolar para formular/revisar o PPP nas instituições de ensino em que atuam? Constatou-se que há ainda um número significativo de escolas integrais que apresentam debilidade nos pressupostos teóricos-metodológicos de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa contou com a participação de profissionais atuantes da área da educação (professores, coordenadores e gestores) vinculados à Gerência Regional Recife Sul do estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Visando alcançar nossos objetivos, foram aplicados aos participantes questionários com questões estruturadas, através do Google Docs, e adicionalmente foram realizadas entrevistas com sete gestores afim de obtermos dados mais específicos, uma vez que, segundo Soares (2012) ao se possibilitar o direito a fala durante a pesquisa amplia-se as formas de registro de dados fidedignos, na certeza de inovar e garantir o direito de manifestar as ideias de forma mais clara e menos formalizada. Os resultados obtidos foram dispostos em um banco de dados no Microsoft Office Excel 2016 para análise das respostas dos informantes, utilizando a abordagem quali-quantitativa para os resultados encontrados.

Com a concepção da não oposição entre quantidade e qualidade, há uma crescente de estudiosos que tem se posicionado favoravelmente a diferentes formas de combinação de metodologias, denominando essa vertente, com as seguintes nomenclaturas: pesquisa quanti-

qualitativa ou quali-quantitativa, métodos mistos, métodos múltiplos e estudos triangulados. Embora com nomeações diferentes, compartilham como propósito central a integração metodológica (FLICK, 2004), ou seja, demonstram o posicionamento de que as duas abordagens, quantitativa e qualitativa, estão inter-relacionadas. Dessa convergência dá-se a necessidade da utilização de metodologias distintas em uma mesma pesquisa, assim como, o interesse de superação da visão antagônica de quantidade e qualidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LDB 9.394/96 regulamenta a obrigatoriedade dos estabelecimentos de Ensino desenvolverem seus Projetos Político-Pedagógicos com a participação de toda a comunidade escolar, assim como assegura a autonomia das escolas para a sua elaboração, garantindo que esses projetos sejam coerentes com a realidade socioeconômica do local em que a escola está inserida, podendo proporcionar uma melhor condição de aprendizagem para os seus alunos.

### PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Uma indagação foi levantada para ambos os grupos de profissionais: qual o principal desafio encontrado para elaborar e implementar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas instituições de ensino do contexto atual? Para o grupo de professores avaliados, 29,2% mencionaram a participação e o envolvimento dos profissionais como um dos principais desafios para implementação do PPP. Já outros 20,8% apontaram a formação para elaboração e implementação do documento como maior dificuldade no tange ao desafio para implementação.

Ao analisar as respostas, percebeu-se que a maioria dos profissionais da gestão entrevistados, 57,1% elencou o fator “tempo” como principal desafio, apontando que: *“Uma das dificuldades encontradas, é falta de tempo. Cada seguimento tem suas atividades específicas, sobrando pouco tempo para as atividades coletivas”*. Ainda foi dito: *“O calendário escolar é muito amarrado à SEE e GRE’s não existindo uma autonomia suficiente da escola para se ter um momento destinado a este documento primordial no contexto escolar. Para se ter envolvimento de todos, inicialmente deve-se garantir o espaço para tal, aliado a uma gestão democrática que garanta que o PPP seja de fato construído coletivamente e seja contemplado na prática educativa”*.

A esse respeito, Veiga (1998) disserta que para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. A autora ressalta que é preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação.

## AUSENCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NO DOCUMENTO

Outro ponto que merece destaque é que 37,5% dos professores entrevistados, disseram que na escola em que atuam não ocorre revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e 29,2% relataram que o PPP é revisado sem discussão com a comunidade escolar e sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.

Para Dias (1998) ninguém fica satisfeito sendo apenas submisso, a satisfação em trabalhar numa escola, atuar para sua melhora e maior aprendizado dos alunos vem com a condição de partícipe, de sentir-se valorizado e respeitado. A participação requer compromisso com o projeto político-pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente. É um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro (VEIGA, 2004).

Vale ressaltar que, tendo em vista a gestão escolar na perspectiva democrática, perguntou-se quais foram as estratégias utilizadas pela equipe gestora para estimular o envolvimento de todos que fazem a escola para a formulação/revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Quase metade (45,8%) responderam que não existe tempo para as reuniões de alinhamento nem revisão do documento. Isto não deveria ser a realidade, pois a busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas.

Para Marques (1990), a participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. Neste sentido, fica claro entender que a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois trata-se da participação crítica na construção do projeto político pedagógico e na sua gestão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta nesta abordagem aponta a ideia de que se o Projeto Político-Pedagógico for concebido coletivamente e para isso, o desafio de compartilhar saberes e espaços superando dicotomias e hierarquias sejam resolvidos, é possível inferir que quanto mais o PPP representar e expressar a identidade pedagógica do coletivo que se desenvolve, mais suporte poderá oferecer a sua comunidade educativa para enfrentar, também discontinuidades políticas e administrativas.

Percebe-se que há ainda um número significativo de escolas integrais que apresentam fragilidade dos pressupostos teóricos-metodológicos de seus Projetos Políticos Pedagógicos. A falta de espaço de tempo promovido na escola foi o indicativo mais apontado pelos gestores, enquanto o desafio da participação e envolvimento dos profissionais e necessidade

de formação para implementação do documento foram os mais levantados pelos professores da Rede Estadual.

A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O ponto de partida para a realização dessa tarefa é o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico, e isso implica fazer rupturas com o existente e avançar.

A construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico requerem continuidade das ações, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de uma sistemática de avaliação de cunho emancipatório.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. *Jornal do Professor*, Home Page da TVE, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2005.

BARBOSA, J. M. S. MELLO, R.M.A.V. Projeto Político-Pedagógico: transformações da prática pedagógica no discurso de gestores escolares. **Revista de educação PUC-Camp.**, Campinas, v.21, n.1, p.31-43, 2016.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

DIAS, J. A. Gestão da escola. In: Vários autores. *Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998.

FLICK, U. Uma **introdução à pesquisa qualitativa**. Ed. 2. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GRACINDO, R. V. “**Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento**”, In: SILVA, A.M.; AGUIAR, M. A. *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.

MARQUES, M. O. "Projeto pedagógico: A marca da escola". In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola ed.2 n.18 Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

SOARES, A. F. C. **Gestão escolar e coordenação pedagógica: uma relação complexa**. Seminário de pesquisa em educação da região sul (IX ANPED SUL), 2012.

VEIGA, I. P. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.

VEIGA, I. P. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.